



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Frederico Neves

237

PRIMEIRACÂMARA CÍVEL (Sessão do dia 26.01.2010)

Apelação Cível nº 95907-1 -- Comarca de Recife --

Apelantes : Anivaldo Dias de Oliveira
Miriam Régis Lins de Oliveira
Apelado : Luiz Coatti
Relator : Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRA JUDICIAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. REDUÇÃO DE CLÁUSULA PENAL. ARTIGO 3º, DECRETO Nº 22.626/1933. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR CERTO. AFRONTA AO ART.20 E PARÁGRAFOS DO CPC NÃO CONFIGURADA. PEDIDO DE EXTINÇÃO DA AÇÃO EXECUTIVA. INADMISSÍVEL. CRÉDITO EM FAVOR DO EXEQUENTE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Clausula penal ou pena convencional é um pacto acessório em que as partes contratantes preestabelecem as perdas e danos a serem aplicadas contra aquele que deixar de cumprir a obrigação ou retardar seu cumprimento.
2. Tratando-se de contrato de mútuo, regido pelo Decreto nº22.626, de 07 de abril de 1933, a disposição contratual que preveja cláusula penal não pode ultrapassar de 10% (dez por cento) do valor da dívida.
3. Os Embargos à execução são uma ação de cognição incidental, conexa à execução, de natureza constitutivo-negativa, que impõe a fixação de honorários com base em critérios equitativos.
4. É inadmissível a extinção da execução quando ainda existam diferenças a favor do credor.
5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de apelação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 95907-1, da Comarca de Recife, em que figura como Apelante e Apelada, respectivamente, Anivaldo Dias de Oliveira, Miriam Régis Lins de Oliveira e Luiz Coatti, ACORDAM os Desembargadores da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo. Os Desembargadores Antenor Cardoso Soares Junior, Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto e o Procurador de Justiça José Elias Dubard de Moura Rocha participaram do julgamento.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
Relator

mao



11
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

238
99
Primeira Câmara Cível

Apelação Cível nº 0095907-1 -

Apelantes: Anivaldo Dias de Oliveira e outro

Apelado : Luiz Coatti

Relator : Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação cível interposta contra sentença que, em sede de embargos à execução, reconheceu o excesso apontado para o fim de : (i) reduzir o valor da cláusula penal de 100% para 10% do valor da dívida; (ii) determinar a dedução dos valores pagos pelos embargantes, segundo os comprovantes de depósitos acostados aos autos, devidamente corrigidos pela variação do IGP-M/FGV; e (iii) impor ao embargado a carga sucumbencial consistente nas custas e na verba honorária, esta fixada no valor correspondente a 15% sobre o valor emprestado à causa de cognição incidental (R\$ 10.000,00).

Inconformados, sustentam os embargantes/apelantes, em suas razões recursais, a necessidade de ser reformada a sentença em dois pontos: (a) para diminuir, ainda mais, o percentual da cláusula penal (de 10% para 2%), por se confundir com multa contratual; e (b) para ampliar a condenação dos honorários advocatícios.

Sem contra razões, segundo certidão de fl. 71.

Recife,

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Primeira Câmara Cível

Apelação Cível nº 0095907-1-

Apelantes: Anivaldo Dias de Oliveira e outro

Apelado : Luiz Coatti

Relator : Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

VOTO

O Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves (Relator), proferiu o seguinte voto:

A insurgência dos embargantes, ora apelantes, limita-se a três demandas: redução da multa contratual (cláusula penal), majoração de honorários advocatícios, face execução de contrato de confissão de dívida e nota promissória a ela vinculada no valor principal de R\$ 70.000,00 e extinção da Ação Principal.

No que tange a cláusula penal, fixada em 100% da dívida em aberto, e que findou reduzida pelo douto juízo ao percentual de 10% do valor da dívida, não tem êxito a sua discrepância.

Senão, vejamos entendimento de nossa doutrina no sentido que a cláusula penal "ou pena convencional é um pacto acessório em que as partes contratantes preestabelecem as perdas e danos a serem aplicadas contra aquele que deixar de cumprir a obrigação ou retardar seu cumprimento.

Tratando-se de cláusula penal compensatória, estipulada para a hipótese de descumprimento total da obrigação, mas ocorrendo de a obrigação ser descumprida apenas em parte, é óbvio que a cláusula penal também só será devida em parte, cabendo ao juiz, de ofício, proceder à redução." (Novo Código Civil Comentado, 2ª edição, Ricardo Fiúza, páginas 365 e 368).

101

240

E ainda, nesse sentido: "A cláusula penal é um pacto acessório pelo qual as próprias partes contratantes, estipulam, de antemão, pena pecuniária ou não contra a parte infrigente da obrigação, como consequência de sua inexecução culposa ou de seu retardamento, fixando, assim o valor das perdas e danos e garantindo o exato cumprimento da obrigação principal (Código Civil anotado, Maria Helena Diniz, pag. 690, 7ª Ed., Saraiva).

Dessa maneira, depreende-se que, no presente caso, o contrato entabulado entre as partes, submete-se às disposições do Decreto nº 22.626, de 07 de abril de 1933, que, no seu artigo 3º, determina que referida cláusula nos contratos de mútuo, não podem ultrapassar a 10% do valor da dívida.

Além do mais, preceitua o artigo 413 do Código Civil, a necessária intervenção do magistrado, para que através da equidade reduza a penalidade avençada, no caso de execução parcial da obrigação, como na hipótese.

Portanto, no caso vertente, não existe nenhuma ilegalidade, ao contrário, o magistrado, reconheceu o excesso da execução para adequar as parcelas já pagas e deduzir o valor da dívida do contrato firmado entre as partes, exatamente nos moldes do art. 3º do Decreto nº 22.626, ficando a redução mantida no percentual de 10%.

No que concerne a inconformidade, quanto à fixação dos honorários advocatícios, o seu pleito não prospera, isso porque no presente caso, embargos de execução, a sentença proferida é de natureza constitutiva, e não condenatória, os honorários serão fixados conforme consideração eqüitativa do juiz singular, não se aplicando o artigo 20, § 3º, à espécie, sendo aplicável o §4º, do mesmo diploma legal.

Nesse diapasão, é o entendimento do STJ:
PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EMBARGOS A EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL-VALOR DA EXECUÇÃO REPRESENTADO PELO EXCESSO-VERBA HONORÁRIA-VALOR CERTO-POSSIBILIDADE-AFRONTA AO ART. 20 E PARÁGRAFOS DO CPC NÃO CONFIGURADA-DISSÍDIO PRETORIANO COMPROVADO.

I-Divergência jurisprudencial comprovada (art. 105, III, "c", CFc/c art. 255 e parágrafos do RISTJ).



241

uma vez que foram mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados.

2-Não possuindo os embargos à execução feição condenatória, pois classificam-se como ação de cognição incidental de caráter constitutivo-negativo, já que visam à desconstituição da relação processual da execução ou a eficácia do título executivo, não poderia servir como suporte para fixação dos honorários o "valor da condenação, posto que inexistente.

3-Em sede de execução de título judicial o valor da causa corresponder ao excesso de execução, incidindo sobre este a verba honorária. Infringência ao art. 20 do CPC, não configurada, porquanto a fixação, em valor certo, apresentou-se além do mínimo previsto no referido dispositivo processual.

4-Recurso conhecido, porém desprovido.(STJ, RESP 412488/ Rel. Min.Jorge Escartezini, Quinta Turma, DJ 02.08.2004 p.481).

Assim, da análise dos autos, respeitada as orientações estabelecidas nas alíneas "a","b" e "c" do § 3º do artigo 20 do Código de Ritos, não vislumbro razão para majorar os honorários advocatícios, mantendo o percentual de 15%, arbitrado na sentença do juiz singular.

Por fim, no tocante ao pedido de extinção da ação principal, aduzindo o embargante/recorrente, ter adimplindo parcelas da dívida ajuizada, ou seja, os valores depositados na conta bancária do embargado não foram elididos integralmente, decidiu acertadamente o Juiz singular, no sentido de prosseguir a ação executiva, determinando a elaboração do cálculo do débito que restou.

A propósito, precedente do Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo: "É inadmissível a extinção da execução quando ainda existiam diferenças a favor do credor"(2º TACivSP, 10ª Câm., AP 599191-0/04, rel. Juiz Marcos Martins, v.u. j.24.5.2000).

Isso posto, e sem demais delongas, voto por negar provimento à apelação.

Recife,

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator